

## A SOCIEDADE DA ÉPOCA HEIAN

*Tae Suzuki*

Heian, literalmente “paz”, é o nome da capital fundada pelo imperador Kanmu na atual Kyôto, em 794, dando início à época posteriormente designada pelo mesmo nome, que se estende até a implantação do xogunato Minamoto, em Kamakura, em 1192. Apesar do nome, são cerca de quatro séculos marcados por muitas disputas entre clãs da alta nobiliarquia, gerando mudanças no sistema de governo marcado por uma administração baseada no regime de códigos, *ritsuryôsei*<sup>1</sup>, herdado da época Nara (710-794), para um novo modelo social imposto pela classe emergente dos guerreiros, na passagem do século XI ao XII.

Mudar a capital era um costume freqüente desde o século VII e as razões eram múltiplas: busca de melhor local para o fluxo de transportes, fugir à influência de senhores ou notáveis locais, conseqüência de rivalidades na corte, busca de bons augúrios em nova localidade etc. Já havia um projeto de mudança do palácio Heijô, em Nara, para Nagaoka (a sudoeste de Kyôto) e as obras de construção prosseguiram sob o comando de Fujiwara-no Tanetsugu, do ramo dos Ritos<sup>2</sup>, assassinado em 785 por conspiração de um grupo de opositores à influência por ele exercida junto ao imperador Kanmu. O príncipe Sawara, irmão do imperador e príncipe herdeiro, é acusado de participar da conspiração por ser simpático ao chefe do plano e recebe a pena de exílio a Awaji, morrendo no

1. Cf. Tae Suzuki, “A Era Nara e o Tratamento”, em *Estudos Japoneses 11*, São Paulo, Centro de Estudos Japoneses, 1991, pp. 125-129.
2. Após a morte de Fuhito (720), o clã Fujiwara se divide em quatro ramos, cada ramo tendo um filho de Fuhito como chefe: o Norte (*Hokke*) de Fusasaki, o Sul (*Nanke*) de Tachimaro, o dos Ritos (*Shikike*) de Umakai e o do Palácio (*Kyôke*) de Maro.

caminho em consequência de uma greve de fome. Não fugindo ao espírito reinante à época, de superstição e medo de maldições, o imperador Kanmu interrompe as obras de construção do palácio em Nagaoka e ordena a construção de uma nova capital em Heian.

A troca do local para a nova capital não se deu apenas por medo da maldição do príncipe Sawara, mas também por sugestão de Wake-no Kiyomaro, inimigo do ramo dos Ritos do clã Fujiwara, que pretendia fortalecer o imperador, livrando-o da influência direta de um único clã. Apesar de algumas tentativas para a implantação em outras localidades, as obras prosseguem sob o comando de Kiyomaro e a capital é oficialmente inaugurada em outubro de 794, apesar de o palácio não se encontrar totalmente pronto.

O governo Heian se inicia com uma série de dificuldades econômicas enfrentadas pela corte desde os fins da época Nara, advindas dos gastos com a construção da(s) nova(s) capital(ais) e com expedições para a conquista dos *ezo*, povos do norte e do nordeste, ainda não subordinados à corte.

O sistema de terras e cidadãos públicos, baseado no regime de códigos instituído durante a época Nara, impunha ao povo, essencialmente constituído de agricultores, um ônus com cobranças de elevadas taxas em bens agrícolas e artesanais pelas administrações regionais (*kuni*, província; *gun*, distrito). Esses encargos fiscais cobrados por indivíduos<sup>3</sup> tornaram-se ainda mais pesados com corvéias a que se viram obrigados a contribuir os agricultores do sexo masculino, requisitados para os trabalhos de construção da capital e para servirem de soldados na luta contra os *ezo*, para o que, diga-se de passagem, tinham que cobrir as despesas com alimentação e transporte. A situação crítica da falta de mão-de-obra masculina, aliada a medidas administrativas que, ao invés de diminuir os encargos já pesados, só vieram aumentá-los, fez com que muitos agricultores abandonassem as terras a que estavam ligados por lei, dando origem a uma multidão de agricultores desertores (*rônin*) que começaram a vagar pelo mundo.

Por outro lado, senhores ou notáveis locais e administradores regionais (*kokushi*, governador de província e *gunji*, administrador distrital) abusavam do poder para enriquecimento próprio. Não só desviavam o bem público, deixando de repassar a cota devida ao tesouro nacional sob falsas alegações de direito à isenção ou redução de impostos devido à baixa colheita, como também se aproveitavam das pequenas brechas criadas no sistema de terras públicas que permitiam a privatização de terras incultas desde que fossem cultivadas, aumentando suas propriedades desbravando terras virgens, atribuindo terras devastadas a agricultores na distribuição dos lotes, trocando terras férteis alheias por áridas de sua propriedade.

A administração central toma algumas medidas para deter o esvaziamento de caixa, tentando, de um lado, assentar o homem no campo, a principal fonte

3. As taxas eram estipuladas de acordo com as terras que, por sua vez, eram distribuídas conforme o sexo e a idade.

de renda do Estado, e, de outro, aumentando o controle sobre os abusos cometidos pelos burocratas regionais. Cria-se um decreto de dezesseis artigos para avaliar a atuação dos administradores regionais, sendo premiados com a elevação em dois graus na escala hierárquica aqueles que cumprirem duas ou mais das oito boas condutas (por exemplo, conduzir bem a administração revertendo no aumento da população local; incentivar a agricultura com resultados positivos em sua produção; enviar o que é devido aos órgãos competentes da capital), mas perdendo o cargo aqueles que praticarem uma que seja das oito más condutas (ser parcial no desempenho de suas atribuições; exagerar na bebida e faltar a seus deveres; ter muitos fugitivos na milícia local, sem capacidade de substituí-los; não ter capacidade de comando da milícia, com constantes casos de desobediência a suas ordens). Os funcionários nomeados para a administração regional são obrigados a apresentar um certificado de liberação da gestão anterior (*geyu*), após um exame dos serviços prestados pelo administrador precedente, em posse do qual este deve se apresentar ao órgão superior para fazer jus a seu pagamento. Também é realizado um recadastramento da população (em 780) para servir de base para uma nova distribuição de terras (785); desobriga-se os agricultores do pagamento dos juros de hipoteca, proibidas em 783 e o reescalonamento das terras passa a ser feito a cada doze anos. Mas os ônus continuam pesados e o abandono das terras recrudescer novamente.

Para atender às necessidades criadas por esta situação, são instituídos novos órgãos fora daqueles estabelecidos pelo sistema de códigos, seguido rigorosamente até então. Dois desses órgãos são significativos no desenrolar da história dessa época: o *kurôdodokoro*, por servir de apoio à ascensão do ramo Norte do clã Fujiwara na vida política japonesa e o *kebiishi-no chô*, por vir a contribuir como um dos vértices do surgimento da classe dos guerreiros.

*Kurôdodokoro* foi criado em 810, pelo imperador Saga, para fazer frente às intenções do ex-imperador Heizei em formar um governo paralelo. *Kurôdo*, na realidade constituía um cargo já existente como guarda de documentos e bens do palácio, atribuído a funcionários menores. Ao nomear Fujiwara-no Fuyutsugu e Nose-no Notari, homens de sua absoluta confiança, como chefes do *kurôdo*, o imperador permite-lhes o acesso a seus documentos secretos, evitando, desta forma, que os segredos de Estado passassem às mãos do inimigo. Fuyutsugu e Notari passam a desempenhar as funções de uma espécie de secretário particular do imperador, intermediando todos os documentos recebidos e expedidos, encarregando-se dos cerimoniais e dos rituais palacianos, além da supervisão da elite nobiliárquica (*tenjôbito*), isto é, nobres com grau superior ao V<sup>4</sup>, com direito de acesso à câmara privada do imperador (*seiryôden*). Com tais encargos, o órgão acaba assumindo as funções anteriormente atribuídas ao Departamento dos Negócios da Corte, *nakatsukasashô*, e o chefe, independentemente de seu grau hierárquico, adquire o direito de participar das reuniões da

4. Cf. "A Era Nara e o Tratamento", pp. 127-129.

elite aristocrática, com forte influência sobre o imperador, podendo, ainda, substituir um auditor, *sangi*, em suas ausências.

Não há registros sobre a data de criação do *kebiishi-no chô*, órgão encarregado pela polícia da capital, até então desempenhada pelo *danjôdai* (polícia civil) e pelo *efu* (polícia do palácio), e por julgamentos de crimes, anteriormente da responsabilidade do Departamento de Justiça, *gyôbushô*. A fusão das funções policial e judiciária vem agilizar os trabalhos da justiça, colaborando na atuação efetiva da administração central em sua meta de moralizar a distribuição de terras.

Apesar das inúmeras emendas aos códigos civil e penal (*kyaku*) e das revisões do código processual (*shiki*), procurando adaptar as normas às necessidades exigidas pela realidade social e proteger os cofres com o tesouro que garantia o poder de controle da nação, o imperador não consegue evitar o crescimento do clã Fujiwara, nem a privatização das terras.

O enfraquecimento do poder do imperador começa com o que é conhecido como o incidente de Jôwa (nome da era que vai de 834 a 847), que propicia a ascensão do ramo Norte do clã Fujiwara ao poder. O então conselheiro *chûnagon* Fujiwara-no Yoshifusa, com a ajuda da imperatriz Dairin, arquiteta um plano para derrubar os nobres que ocupavam os mais altos postos da administração central, para substituí-los por homens de sua confiança, destituindo inclusive o príncipe herdeiro Tsunesada, neto da própria Dairin, para colocar em seu lugar o príncipe Michiyasu, sobrinho de Yoshifusa.

Ao tornar-se imperador Michiyasu, agora denominado Montoku<sup>5</sup>, Yoshifusa dá a mão de sua filha Meiko em casamento, com quem o imperador tem seu quarto filho Korehito, que se torna imperador aos nove anos com o nome de Seiwa. Como avô materno do imperador infante, torna-se, em 858, o primeiro regente (*sesshō*) sem sangue imperial, quebrando a tradição de só se atribuir este cargo a um membro da própria família imperial. Com o poder de receber relatórios oficiais, controlar ordens emitidas, interferir nas nomeações de funcionários em nome do imperador, Yoshifusa consegue empanar de vez a força do imperador, dando início a uma longa era de hegemonia do ramo Norte dos Fujiwara no poder.

Se *sesshō* era o regente do imperador infante, Mototsune, filho de Yoshifusa, conquista o direito de reger os imperadores Yôzei e Kôkô, apesar de terem já atingido a maioridade, recebendo em 887, no exercício do cargo junto ao imperador Uda, o título de *kanpaku*, nome com que é conhecido na história este cargo de Grande Conselheiro. Conquistado o direito de acesso aos documentos apresentados ao imperador, de ocupar-se dos negócios da corte, de dirigir funcionários do Estado, o clã Fujiwara consolida seu poder de interferência direta

5. Era costume, no Japão, que as pessoas recebessem nomes diferentes na infância e por ocasião de fatos marcantes da vida como mudança significativa de hierarquia social, ao tornar-se monge, morte etc.

na política nacional, dando início a três séculos de monopólio dos dois cargos, um dos cinco *sekkanke* (clã ou família da qual são indicados o Regente e o Grande Conselheiro) da história japonesa.

O processo de privatização das terras, na realidade, já se iniciara durante a época Nara, quando a administração central toma algumas medidas para incentivar a produção reconhecendo, em 723, o direito à propriedade privada por três gerações a agricultores que cultivassem terras virgens ou, por uma geração, aos que cultivassem terras já desbravadas (*sanzeisshin-no hô* [lei de uma e três gerações]) e, em 743, de torná-las definitivamente privadas dentro de determinadas condições, tais como, limite de área conforme o grau hierárquico, obrigatoriedade de cultivá-las dentro de um prazo determinado (*eiseishizaihô* [lei de propriedade privada definitiva]). Quem se aproveita da oportunidade criada são os nobres e a classe monástica que adquirem vastas áreas montanhosas, bem como terras já cultivadas por agricultores, explorando as dificuldades destes em saldar os juros de hipoteca.

A arrecadação das taxas estava a cargo dos governadores de província, funcionários nomeados pela administração central. Mas à medida que esses funcionários começam a negligenciar seus deveres, interessados que estavam em aumentar seus ganhos, os nobres de alta hierarquia que tinham direito à metade (posteriormente, à totalidade) da arrecadação proveniente de uma área a eles outorgada conforme a hierarquia ou o título, passam a cobrar diretamente dos agricultores, tornando-se proprietários dos mesmos.

As administrações regionais, criadas com o objetivo de auxiliar a administração central, fracassam por intervenção dos nobres preocupados com seu enriquecimento pessoal. Os nobres detentores do poder não são mais os governadores de província, mas os novos latifundiários que são também membros da alta aristocracia da administração central.

Entrementes, muitos nobres de média e baixa hierarquia que tinham sido nomeados para administrações regionais, ao verem a dificuldade de ascensão na capital depois da hegemonia dos Fujiwara, resolvem se estabelecer nas províncias, mesmo depois de vencido o prazo de seu mandato e se tornam notáveis locais. Dentre estes, se destacam os Taira, descendentes do imperador Kanmu e Minamoto, descendentes do imperador Saga e Seiwa. Cumpre notar que a vida dos nobres da capital, exceção feita aos altos dignatários, recebia os reflexos das dificuldades do erário e não levavam uma vida muito fácil frente à suntuosidade que a vida palaciana exigia, muito atrelada a luxuosos ritos e cerimoniais. Em contrapartida, nas províncias, a abundância era maior e, ressalvados os inconvenientes da distância, as perspectivas de aumento de suas posses constituíam um atrativo suficiente para fixar no local esses nobres que podiam, muitas vezes, ter lamentado sua nomeação para rincões longínquos, distantes do luxo e das comodidades da capital.

A aristocracia passa a viver uma contradição pois, se necessita de terras públicas de onde provém sua fonte de renda, necessita também aumentar sua propriedade para manter a força política. À medida que aumentam as proprie-

dades privadas em número e em extensão, medidas de regulamentação das terras são baixadas, acabando por resultar no fortalecimento da aristocracia ligada às províncias.

Perde-se o controle da administração das propriedades privadas crescentes, cujos proprietários, violando novamente normas estabelecidas pelo código de leis, formam milícias locais com o objetivo de defender os interesses do proprietário contra abusos da administração regional<sup>6</sup>, como também para atuar na sublevação de agricultores contra abusos do próprio proprietário.

As milícias (*bushidan*) formadas por parentes do proprietário (*ie-no ko*) e súditos (*rôtô*) foram se agrupando e, da disputa entre eles, vão nascendo os grandes *bushidan* cujo chefe, *tôryô*, foi, em muitos casos, os notáveis locais surgidos daqueles nobres estabelecidos nas províncias. Realizava-se a aliança entre a força militar e a força política, contribuindo, um, com a força das armas e, o outro, com a influência que repousava nos laços com os poderosos da capital.

Das circunstâncias sociais das províncias surge uma classe de guerreiros, mas uma outra despontava na capital entre os nobres que, sem expectativas de ascensão aos altos cargos, procuraram se especializar em uma das carreiras da corte, no caso, as carreiras de *tsuibushi* (comissário encarregado da manutenção da ordem), de polícia, de guarda da capital, de guarda provincial. Dadas as características de suas funções, esses homens foram se especializando na arte do manejo de armas, vindo a formar, com o tempo, um outro núcleo de guerreiros mais ligados à corte, muitos deles protegidos de altos dignatários, a quem prestavam honras e, com freqüência e até exagero, tributos. Além de se apresentarem para os cumprimentos de praxe, não eram raros os casos de disputa para ver quem servia melhor, cada qual fazendo uso de suas posses. Aqueles que viviam em províncias enviavam ricos presentes mesmo em detrimento do pagamento oficial de impostos e cita-se a doação de uma casa toda mobiliada com utensílios apropriados a cada estação do ano, feita pelo governador de Iyo, Minamoto-no Yorimitsu, ao Grande Conselheiro Michinaga por ocasião do incêndio de sua mansão, como um caso que surpreendeu até mesmo o ministro da direita Fujiwara-no Sanesuke.

A nova classe de guerreiros, surgida em circunstâncias e condições diversas, verá sua posição na sociedade consolidada após a participação nas disputas entre imperador e imperador retirado, *in*.

O imperador Gosanjô (no poder de 1068 a 1072) assume o trono como o primeiro imperador, depois de 170 anos, sem ter um Fujiwara como avô materno. A fim de não atrair as hostilidades do clã Fujiwara, ainda muito poderoso, nomeia Norimichi seu Grande Conselheiro mas também outros assessores desvinculados do clã e inicia uma série de reformas administrativas na tentativa de ofuscar a influência do clã e fazer voltar o poder às mãos do imperador. Apesar

6. Não eram raras as vezes em que atuavam para impedir, pela força, a entrada de administradores em sua função regular.

do sucesso obtido em sua gestão, abdica inesperadamente em favor do filho Sadahito, o imperador Shirakawa, depois de quatro anos, e cria o Departamento do Imperador Retirado (*in-no chō*) de onde pretendia exercer o governo, mas falece meio ano depois.

Idealizado por Gosanjō para afastar a influência dos Fujiwara, o *insei* (governo do imperador retirado) será efetivamente implantado pelo sucessor Shirakawa (no poder de 1072 a 1086), casado com uma Fujiwara, com o objetivo de perpetrar sua linhagem direta. Surge, assim, a figura do governo de dois imperadores, o atual (*tennō*) e o retirado (*in*), muitas vezes com disputas entre eles.

Essas disputas fazem com que os clãs Taira e Minamoto sejam requisitados por um lado e outro, devido ao poderio militar que ambos foram acumulando no correr dos anos. Na segunda metade do século XII, duas revoltas envolvem o imperador e o imperador retirado: a revolta de Hōgen (1156) e a de Heiji (1159). Se na primeira, os Taira e Minamoto se aliam em duas facções diferentes para apoiar o imperador Goshirakawa, de um lado, e o imperador retirado Toba, de outro, na segunda, a disputa é entre os próprios clãs que termina com a vitória dos Taira, chefiados por Kiyomori e apoiados pelo imperador retirado Goshirakawa, marcando a consolidação do poder dos guerreiros que resultará na criação do xogunato Minamoto, alguns anos mais tarde. Há que se notar que, embora os clãs Taira e Minamoto tenham sido as primeiras grandes figuras de guerreiros da história do Japão, tanto um quanto outro tem uma ascendência nobre uma vez que, como já foi mencionado, descendem de príncipes imperiais.

### *Estrutura da nobreza*

Durante a época Nara, o contato com a China foi freqüente. Foram enviadas várias embaixadas à China (*kentōshi*), compostas de emissários do governo, monges, doutores (*hakase*) e professores das universidades, estudantes, artesãos, cujo objetivo era, além de representar oficialmente o Japão no continente, de lá trazer os conhecimentos técnicos e científicos. Eram expedições de grande monta, com membros que ultrapassavam a casa dos cem, o que requeria um alto investimento.

Entrando no século IX, as dificuldades econômicas enfrentadas pela corte japonesa fazem com que o ministro da direita Sugawara-no Michizane decrete o fim dessas embaixadas, em 894. Por outro lado, o Japão já tinha assimilado a cultura chinesa e chegara o momento de digeri-la.

Se no início da época Heian, modelos chineses eram avidamente buscados e aplicados, a partir de seus meados, os japoneses procuram adaptar suas realidades e sensibilidades ao que já fora assimilado. Em seu aspecto social, isto se manifesta nas modificações impostas ao regime de códigos, fortemente vigente segundo os padrões chineses durante o século VIII, mas que a partir do IX, como vimos, começam a sofrer algumas modificações sem, no entanto, quebrar os princípios gerais. Cumpre notar que, mesmo nas modificações feitas, verifica-se

uma forte preocupação em seguir exemplos precedentes como, por exemplo, a necessidade de Fujiwara-no Yoshifusa justificar sua nomeação para Regente do imperador infante Seiwa, cargo até então reservado à família imperial, alegando que, além de fazer parte de uma família com tradição de ministros, quando Kômyôshi, filha de Fujiwara-no Fuhito, tornou-se a primeira imperatriz a governar a nação, Fujiwara também se tornara membro da família imperial.

As modificações feitas dizem respeito à criação de cargos, sem implicar alterações nos oito graus hierárquicos, subdivididos em duas escalas, superior (*sei*) e inferior (*jû*), com uma distinção nos cinco graus inferiores (V a VIII) em maior (*jô*) e menor (*ge*). Assim, por exemplo, Yoshifusa foi Regente de grau I inferior, Sugawara-no Michizane foi Ministro da Direita de grau II superior, Fujiwara-no Korechika foi Ministro do Interior de grau III inferior maior.

Segundo o regime de códigos, a família imperial era formada pelo imperador (*tennô*), suas esposas, seus irmãos e filhos (*shinnô*), suas irmãs e filhas (*naishinnô*). Fazem parte, ainda, da família imperial, a mãe do imperador que tenha sido, ela própria, imperatriz (*kôtaigô*)<sup>7</sup> e o imperador abdicado (*jôkô*). *In* foi o título outorgado fora do regime de códigos ao imperador que continua atuando no governo, mesmo depois de abdicado.

As esposas oficiais dos imperadores eram *kôgô*, a primeira esposa, e na seqüência, *hi*, *fujin* e *hin*. A titulação paterna era significativa para a indicação das filhas como esposas do imperador, sendo, em regra, indicadas para *kôgô* as filhas de altos dignatários, para *hi*, as de acima do grau IV, para *fujin*, as acima do grau III e para *hin*, as acima do grau V. Depois do imperador Kanmu, fundador de Heian, *chûgû* (originariamente, nome genérico atribuído à imperatriz, às esposas do ex-imperador e do príncipe herdeiro) passa a ser o título da esposa do imperador equiparada à *kôgô*, sendo eliminadas as demais categorias para serem substituídas por *nyôgo* e *kôî*.

Esse corpo de esposas oficiais, cujo número variava de duas a três cada, exceto *kôgô* e *chûgû*, vivia no *kôkyû*, parte da habitação privada do imperador (*dairi*), onde também viviam as damas da corte portadoras de títulos (*nyôbô*) e as mulheres que prestavam serviços menores como *toji* (cozinha e serviços gerais), *tokusen* e *nyokurôdo* (auxiliar de cerimoniais e ritos), *hashitamono* e *zôshi* (serviços gerais de empregada). As damas da corte portavam títulos distinguidos conforme a linhagem paterna em *dai*, maior, *chû*, médio e *shô*, menor, tais como *dainagon*, *chûnagon*, *shônagon*, *shikibu*, além da denominação pelo local de origem.

Havia vários órgãos formados por essas damas da corte, mas o mais importante era o *naishi-no tsukasa*, formado por duas *naishi-no kami* ou *shôji*, quatro *naishi-no kami* ou *tenji* e quatro *naishi-no jô* ou *shôji*<sup>8</sup>. Indicados que eram para esses postos pelo imperador, em regra, todas partilhavam o leito com

7. Posteriormente, este título foi dado às mães dos imperadores, mesmo sem terem sido imperatrizes.

8. Apesar de homófonos, *shôji* é escrito por ideogramas diferentes quando se trata de *naishi-no kami* ou *naishi-no jô*.

o imperador, principalmente as *naishi-no kami*, posto reservado a filhas de ministros. Dentre as damas da corte, a dama de leite, *menoto*, ocupava um lugar de destaque, podendo chegar a ser indicada até a *tenji*.

Os nobres que enviavam as filhas como *nyôgo* ou *shôji* ao palácio, faziam-nas acompanhar de mulheres cultas, isto é, que dominavam artes como a da composição poética, da música, da caligrafia, da dança, muito requisitadas nas festas palacianas, sendo, inclusive, quesitos de promoção quando executadas com qualidade a ponto de chamar a atenção dos presentes. Ser escolhida como dama de companhia era, portanto, muito disputado entre as famílias de média e baixa hierarquia ou por clãs, como o Fujiwara, que usaram as filhas como um meio de promoção ou de ascensão ao poder.

É das mãos dessas mulheres que nascem o *kana* e boa parte da literatura da época, principalmente diários e contos. *Kana* é o estilo de grafia originado de um estilo de caligrafia cursivo do ideograma, empregado em seu uso fonético, que permitiu aos japoneses se expressarem na própria língua, dando vazão a seus sentimentos com maior liberdade do que quando faziam em chinês, como até então. Os letrados eram levados a pensar em japonês, reproduzindo em texto chinês seu pensamento, para depois retraduzir em japonês no ato da leitura. Com o *kana*, o fluir das idéias corre mais solto e nasce uma vasta literatura, agora de expressão japonesa por excelência, principalmente pelas mãos das mulheres. O estilo chinês acaba sendo característico dos documentos oficiais, embora tenha se mantido a tradição da poesia chinesa, muito estimada pela elite palaciana e também entre as disciplinas ministradas nas universidades oficiais, órgão que constituía um passo importante na admissão e ascensão na carreira burocrática.

É essa aristocracia que sustenta a cultura da época Heian, onde surgem traços marcadamente japoneses depois de séculos de forte influência chinesa.

## Bibliografia

- HAGA, Norihiko. "Ie-to Ichizoku" ("A Família e o Clã"). *Nihon-no Shakaishi (História da Sociedade Japonesa)*. Tóquio, Iwanami, 1988, vol. 6, pp. 73-113.
- HAYAKAWA, Shôhachi. "Ritsuryôkokka, Ôchôkokka-niokeru Tennô" ("O Imperador na Nação Ritsuryô e na Nação Imperial"). *Nihon-no Shakaishi (História da Sociedade Japonesa)*. Tóquio, Iwanami, 1988, vol. 7, pp. 43-81.
- HERAIL, Francine. "Le Régime des Codes, sa Formation et son Application jusqu'au Xe. Siècle". *Histoire du Japon des Origines à la Fin de Meiji*. Paris, POF, 1986, pp. 55-130.
- . "Époque des Fujiwara et des Empereurs Retirés. Époque de la Prépondérance de l'Aristocratie de la Cour. Fin de la Période Ancienne". In *Histoire du Japon des origines à la fin de Meiji*. Paris, POF, 1986, pp. 133-175.
- . "L'Époque Ancienne". In *Histoire du Japon*. Paris, Horvarth, 1990, pp. 59-125. (Coleção Histoire des Nations)
- OKADA, Akio. *Heian Kizoku (A Aristocracia Heian)*. Tóquio, Yomiuri Shinbunsha, 1963. (Coleção *Nihon-no Rekishi* 3)

- NARAMOTO, Tatsuya *et alii*. "Ie-to Sonraku" ("A Família e as Vilas"). *Nihon Shomin Seikatsushi (História da Vida do Povo Japonês)*. Tóquio, Kawaide, 1961, vol. 2.
- TAMAI, Chikara. "Insei Shihai-to Kizoku Kanjinsô" ("Governo *Insei* e a Classe dos Burocratas"). *Nihon-no Shakaishi (História da Sociedade Japonesa)*. Tóquio, Iwanami, 1988, vol. 3, pp. 159-198.